



## FILIAIS E AGÊNCIAS

### - FILIAL DE VIANA DO CASTELO -

No Boletim de Informação Interna<sup>1</sup> da Caixa Geral de Depósitos, existe uma referência ao trissemanário “*Aurora do Lima*”, na edição de 21 de dezembro de 1887, cuja notícia se reporta à instalação, no distrito de Viana do Castelo, da Caixa Económica Portuguesa (CEP)<sup>2</sup>, que tinha como objetivo receber pequenas economias das classes trabalhadoras, assim como de outros indivíduos.

A 23 de Dezembro desse mesmo ano, a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), abria uma delegação na cidade de Viana do Castelo, junto da Repartição de Finanças, num edifício que pertencia ao Convento de São Domingos.

No “*Aurora do Lima*” era ainda referida a intenção de criar uma filial da Caixa Económica Portuguesa (CEP) em Viana do Castelo, cuja inauguração se veio a realizar no dia 1 de maio de 1920. Para além do boletim de informação, que refere a abertura desta filial, não existe no Arquivo Histórico documentação sobre filiais e agências que reporte a esta época ou à edificação deste novo edifício.

No entanto o “*Aurora do Lima*”, faz referência às novas instalações que se acomodaram num edifício na Praça da República. Segundo informação do jornal, foram feitas obras de reparação criando condições para o público e para o pessoal, assegurando também os valores depositados. Numa breve descrição das novas instalações:

*“No rez do chão a linda sala de ingresso para o público, com um luxuoso balcão de castanho envernizado, tecto de fantasia e um grande forte. No fundo do prédio, além de gabinetes especiaes para serviços dos empregados, uma espaçosa quadra onde poderão ser colocados quaesquer cofres particulares. E nos dois andares superiores a secretaria, arquivos e outras dependências necessárias para o serviço”<sup>3</sup>.*

Este edifício onde a filial da CGDCP se instalou, apesar de oferecer melhores condições ao bom funcionamento dos serviços, foi sujeito a diversos arranjos no

<sup>1</sup> Boletim de Informação Interna n.º 60, Ano V, setembro 1988.

<sup>2</sup> A *Caixa Económica Portuguesa* foi criada em 1880, pela Carta de Lei de 26 de abril.

<sup>3</sup> *Aurora do Lima*, in Boletim de Informação n.º 60, Ano V, setembro 1988.



ano de 1926 depois de aprovado o orçamento apresentado por um dos empreiteiros e avaliado pelo arquiteto chefe, na altura, Porfírio Pardal Monteiro<sup>4</sup>.

Para além desta, outras obras foram levadas a cabo nos anos seguintes, como a construção de uma Casa Forte a partilhar pela Casa de Crédito Popular (CCP)<sup>5</sup> e pela CEP. Com o passar do tempo e sendo a filial de Viana do Castelo uma das mais antigas do país, sucederam-se as necessidades logísticas, não só ao nível da construção, como também, ao nível do mobiliário que sofreu franca deterioração ao longo do tempo.

A administração da Caixa pensava avançar com a construção de um novo edifício para instalar a filial. Segundo despacho da administração, o concurso público para a adjudicação da construção do novo edifício, deveria ser aberto em agosto de 1934, devendo a empreitada ser concluída em 18 meses.

O projeto previa 4 pisos para o novo edifício: dois destinados aos serviços da Caixa, outro à CCP e ainda um piso destinado à residência do gerente da filial.

A 14 de agosto de 1934 no “*Aurora do Lima*” foi publicado o anúncio para a arrematação da empreitada de construção do novo edifício: “(...) *Base de licitação 800.000\$. O programa e condições do concurso, bem como o projecto e caderno de encargos respectivo, encontram-se patentes (...) no edifício da Sede (Obras e Edifícios) em Lisboa, nas filiais em Viana do Castelo e no Porto*”<sup>6</sup>.

Depois de apresentadas todas as propostas e quase todas com condições deficientes, o Conselho de Administração (CA) decidiu por despacho de 12 de setembro convidar todos os dez concorrentes a tomar parte numa licitação verbal, no dia 19 do corrente mês, pelas 16h00, a fim de fazer a adjudicação àquele que propusesse melhores condições de preço.

Algumas empresas recusaram a licitação verbal alegando que não tinham interesse em que lhes fosse adjudicada a empreitada num processo desta natureza.

---

<sup>4</sup> Monteiro, Porfírio Pardal – arquiteto pela Escola de Belas Artes de Lisboa, exerceu funções de Arquiteto chefe da Secção de Obras e Edifícios da Caixa Geral de Depósitos entre janeiro de 1920 e julho de 1929.

<sup>5</sup> *Casa de Crédito Popular* criada em 1922, para fazer empréstimos sobre penhores.

<sup>6</sup> *Aurora do Lima*, in Boletim de Informação n.º 60, Ano V, setembro 1988.



---

No dia 19 de setembro iniciada a licitação verbal e terminada ao fim de 15 minutos, a obra foi adjudicada à proposta de menor lance, no valor de 600.000\$, feito pela Companhia Industrial Marmorista de Domingos Fernandes.

Por despacho do CA, de 28 de setembro, a Caixa autorizou o pedido feito pela empresa de Domingos Fernandes, no sentido de dar início ao *"tapume, abrir e encher caboucos no local onde se deve construir o novo Edifício da Filial de Viana do Castelo"*<sup>7</sup>.

No dia 4 de dezembro de 1934 foi realizada a escritura pela qual a CGDCP iria adjudicar a empreitada da construção do edifício da filial, à Companhia Industrial Marmorista de Domingos Fernandes, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com sede no Porto, cujo valor da empreitada, iria ser repartido em 10 prestações de montante igual a uma décima parte do valor do orçamento, menos 10%, sendo esta o depósito de reforço de garantia.

O prazo para a empreitada seria de 18 meses a contar a partir de dia 4 de dezembro. Por cada dia de atraso do termo do prazo, fixou-se uma multa de 200\$00 até ao termo dos trabalhos.

O caderno de encargos da obra previa uma verba destinada a uma estátua para decorar a parte superior da porta principal e um painel decorativo que cobriria toda a parede de um dos topos da sala do público. Para este efeito Raul Martins, primeiro arquiteto responsável pela obra de Viana do Castelo, chegou a escolher o pintor e professor da Escola de Belas Artes do Porto, Joaquim Lopes. Raul Martins viria a falecer em janeiro de 1934.

Para a realização da estátua foi escolhido António da Costa. O primeiro esboço apresentava *"roupagens quasi nulas"*<sup>8</sup>, no entanto, e depois das recomendações do próprio CA, a figura, representativa da Fortuna, satisfazia a *"finura e delicadeza"*<sup>9</sup> com que estava retratada. A realização destes elementos decorativos foi aprovada pelo CA a 9 de abril de 1935.

O Arquiteto Veloso dos Reis Camelo, responsável pelo projeto da filial de Viana do Castelo, depois do desaparecimento do arquiteto Raul Martins, enviou ao CA os três esboços referentes ao estudo para o painel decorativo. O estudo deveria

---

<sup>7</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Direção do Património e Obras (DPO), processo n.º 186.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Direção do Património e Obras (DPO), processo n.º 186.

<sup>9</sup> Idem.



---

focar as atividades locais, a paisagem, assim como as cores vivas dos trajes que ilustravam os costumes da região. A 26 de julho de 1935, o Conselho de Administração aprovou o último dos projetos executados pelo pintor Joaquim Lopes. O Arquiteto Veloso Reis Camelo achou importante realçar as atividades, o comércio, a indústria, a agricultura e pescas, as atividades do rio e do porto, entre outras.

Entretanto, foi à consideração da Administração, um relatório de inspeção às obras da filial elaborado pelo engenheiro Francisco Maria Henriques, tendo sido dado conhecimento ao arquiteto Veloso dos Reis Camelo.

O relatório de vistoria ao edifício em construção destinado à filial da CGDCP, em Viana do Castelo, concluiu que estavam construídas à data de 22 de setembro, todas as alvenarias, cantarias, trabalhos de betão armado em tetos, terraços, lintéis e pavimentos. Com as paredes e lajes de betão armado, cobertas ou guarnecidas pela camada de argamassa, não foi possível verificar com rigor a forma como tinha sido construído. Por esse motivo a inspeção incidiu apenas sobre aquilo que estava visível.

Concluiu-se nesse relatório que a estrutura de betão parecia ter obedecido às normas de emprego desses materiais. Apesar de se terem verificado pequenas imperfeições e ou/defeitos, estes não alteravam a estabilidade da construção. Não foram detetadas quaisquer fendas que denotassem falta de solidez, quer nos alicerces ou nas paredes em elevação. No assentamento de algumas pedras verificaram-se alguns descuidos que exigiam algumas correções.

Por conseguinte, este relatório deu parecer positivo na continuidade da obra, estando a mesma em condições de ser aceite.

A 26 de setembro o Arquiteto Veloso Reis Camelo redige uma *Informação* à Administração expondo o seu ponto de vista perante as alterações a que submeteu o projeto inicial assinado por Raul Martins. Mostrou ser um projeto válido que satisfazia as necessidades impostas pelos serviços da Caixa, assim como a habitação do chefe e que, por outro lado, respeitava as normas dos edifícios construídos segundo as regras da arquitetura.

Veloso dos Reis Camelo, introduziu algumas alterações ao projeto inicial, nomeadamente, quanto à localização das casas-fortes e arquivos da CEP e CCP, assim como nas escadas, no intuito de melhorar a localização de cada um



dos serviços, tal como a privacidade que deveria ser assegurada quanto à habitação do chefe. A maior alteração na condição deste edifício talvez tivesse sido a eliminação de duas janelas, tendo estado inicialmente previstas cinco, na fachada principal relativamente à habitação do chefe da filial. Na perspetiva do arquiteto Veloso dos Reis Camelo, a maior harmonia da fachada prejudicava em muito as divisões interiores do edifício, tornando-se incómodo numa única divisão ter duas janelas com as dimensões previstas (1,30x1,40).

Esta última alteração viria a gerar alguma polémica junto da Câmara Municipal que se opunha à eliminação das duas janelas na fachada.

Segundo a opinião do arquiteto, era primordial que se começasse a evidenciar a arquitetura definitiva como “(...) *essencialmente utilitária. O exterior dos edifícios não pôde de maneira alguma alheiar-se da sua distribuição interior nem tão pouco do fim que originou a sua construção, para só atender a um efeito estético, todo exterior, sem logica nem justificação na maior parte das vezes.*”<sup>10</sup>

O Arquiteto apresentou duas soluções para a eliminação das duas janelas, na ocupação desse espaço vazio, através da colocação de baixos-relevos representativos do comércio e da indústria, nas duas caixas existentes entre cada duas janelas, ou em alternativa, a mais económica, a criação de um forro de cantaria nos vãos cegos do último piso, que seria algo para um custo de 2.500\$00, aproximadamente.

A Administração concordou e aprovou a recriação de um forro de cantaria “*dentro das normas da maior economia*”<sup>11</sup>, e autorizou a sua execução.

As obras da filial prosseguiram de forma regular, e a visita do arquiteto à obra foi fundamental para perceber alguns contratemplos. Em março de 1936, Veloso dos Reis Camelo, visitou as obras do novo edifício, sendo já possível ver a definição dos interiores.

A 18 de abril de 1936 o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo apelou ao CA da Caixa, uma intensificação nos trabalhos da obra da filial “*visto assim convir à estética da artéria onde tal edificação se está fazendo (...)*”. O CA

---

<sup>10</sup> Informação redigida pelo Arquiteto Veloso dos Reis Camelo ao Conselho de Administração em 26 de Outubro de 1935. Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Direção do Património e Obras (DPO), processo n.º 186, cx. 28.

<sup>11</sup> Idem.



deu instruções ao empreiteiro para que acelerasse o acabamento da fachada do edifício.

Em maio, o arquiteto Veloso dos Reis Camelo propôs ao CA a eventual prorrogação do termo da empreitada devido às condições climatéricas que se fizeram sentir através de um inverno atípico e que causou o atraso dos acabamentos. No entanto, o CA advertiu para que se deveria insistir para o término da obra de acordo com o caderno de encargos, sem que se precipitassem os acabamentos de modo a não ser comprometida a sua perfeição.

Por conseguinte, e por decisão superior, o contrato com o empreiteiro responsável foi rescindido passados 18 meses da data de início da empreitada como havia sido previsto no contrato de adjudicação. Em 11 de agosto de 1936, o CA resolveu notificar o empreiteiro dando-lhe conta desta decisão de rescisão encarregando o signatário de *“vistoriar a obra e depois, com os elementos que colher e os existente no processo, elaborar relatório em que dê parecer sobre a maneira pratica de se concluírem os trabalhos do edifício com a maior urgência, segurança e economia”*<sup>12</sup>.

Por decisão do CA, a 13 de outubro de 1936, foi determinado que se procedesse a concurso limitado para adjudicação de empreitadas parciais consoante os acabamentos e trabalhos a concluir.

Para estas novas empreitadas foi nomeado a 8 de fevereiro de 1937, Manuel Fernandes de Sá como fiscal destes últimos trabalhos para a conclusão do novo edifício. No mês de julho, segundo o arquiteto veloso dos Reis Camelo, as obras estavam praticamente concluídas em todos os seus detalhes, havendo pequenos reparos a fazer.

Finalmente, a 14 de fevereiro de 1938, a filial de Viana dos Castelo abriu as suas novas instalações e a imprensa noticiava o acontecimento *“(...) todos sentem a mais sincera satisfação por verem em Viana os serviços da Caixa Geral condignamente instalados, cujo edificio fica sendo o melhor de todos quantos, de arquitetura moderna, se tem construído nesta cidade.”*<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Notificação aludida, feita pela 3ª Vara Civil da Comarca do Porto, em 17 de Agosto de 1936.

<sup>13</sup> *Notícias de Viana*, 14 de fevereiro 1938.



---

Na fachada do edifício de linhas sóbrias, sobressaía o granito regional realizado pelos canteiros nacionais. A porta principal era de ferro ornamentada com altos-relevos e encimada pela estátua da Fortuna também em granito. No átrio e na ampla escadaria figurava um lambri de mármore polido de Estremoz. No salão destinado ao público e onde funcionariam os serviços de expediente, estava o painel, pintado por Joaquim Lopes, que retratava ao pormenor uma feira do Alto-Minho.

O edifício tinha 5 pisos com 3 grandes andares, incluía aquecimento central e dois cofres-fortes.

No dia 12 de fevereiro ao fecho do expediente, tudo foi transferido para as novas instalações, pelos próprios funcionários da Caixa, abrindo ao serviço novamente no dia 14 à hora regulamentada.

Não se realizou qualquer inauguração oficial, tendo sido uma mudança discreta e sem transtornos para o serviço habitual da agência.

Rapidamente estas novas instalações se tornaram obsoletas com o decorrer dos anos. Em 1946 e em virtude das novas atividades inerentes à CGD, o edifício da filial de Viana do Castelo tornou-se insuficiente para os serviços. Passados cerca de 12 anos desde o início da sua construção, e necessitando conservação periódica, foi considerado oportuno a realização de algumas alterações e remodelações no interior das dependências, para melhor aproveitamento das áreas disponíveis. Em virtude desta decisão, a fachada exterior teria que ser repensada em termos arquitetónicos.

Foi inclusivamente necessário remover o painel do pintor de Joaquim Lopes de modo a não sofrer com as obras. No entanto, e na sequência das modificações que aconteceram no edifício, não foi possível recoloca-la.

Em 25 de maio foi adquirido pela Caixa, o prédio contíguo ao edifício da Filial em Viana do Castelo com vista à ampliação das instalações, sendo as existentes insuficientes. Verificaram-se alguns contratemplos que atrasaram esse objetivo, nomeadamente o facto de o prédio estar ocupado por três inquilinos, os quais a Caixa teve que convidar a sair ao fim de três anos de ter adquirido o edifício. Um deles recusou-se inclusivamente a sair.



---

Só em 1983 foi submetido a ampliação e remodelado passando a dispor de uma área de 2 900 m<sup>2</sup>, aproximando-se do aspeto geral que tinha no final dos anos 80.

**Helena Real Gomes**

**Gabinete de Património Histórico da CGD**

Agosto de 2016

**Fontes:**

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos, Direção do Património e Obras (DPO), processos n. °s 185 a 189;

Direção Negócio Imobiliário (DNI), 3 vols;

Boletim de Informação interna n. ° 60, Ano V, setembro 1988.



## Galeria de Imagens



1 – Filial de Viana do Castelo s/d.



2 – Filial de Viana do Castelo (s/d.)



3 – Filial de Viana do Castelo (20 de Junho de 1983)



4 – Filial de Viana do Castelo (5 de Junho de 1997)



5 – Filial de Viana do Castelo (5 de Junho de 1997)